

**A UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO E A CONSTITUIÇÃO DE POLÍTICAS
PARA A CIÊNCIA NO BRASIL. NEXOS DE UMA INVESTIGAÇÃO
PRELIMINAR.
(1948-1968)**

Maria Gabriela Silva Martins da Cunha Marinho*
Museu Histórico Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo

RESUMO

O artigo indaga sobre a participação da Universidade de São Paulo (USP) na formulação da política científica que se constituiu no Brasil entre as décadas de 1950 e 1970. Analisa a presença da *Fundação Rockefeller* como umas forças modeladoras das concepções de ciência presentes na comunidade científica brasileira com repercussões nesse processo. Argumenta também que a *Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência* (SBPC) tornou-se o fórum no interior do qual se manifestaram a presença da Universidade de São Paulo e da própria *Fundação Rockefeller*.

Palavras-chave: História da Universidade de São Paulo, Política Científica, *Fundação Rockefeller*

**THE UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO AND THE CONSTITUTION THE
POLITICS FOR THE SCIENCE IN BRAZIL.
NEXUS OF A PRELIMINARY INVESTIGATION
(1948-1968)**

ABSTRACT

The paper argues that *Rockefeller's Foundation* and Universidade de São Paulo (USP) can made seen like components of Brazilian's Scientific Policy by action of the scientific community. The *Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência* (SBPC)

* Doutora em História Social (FFLCH-USP), pesquisadora do Museu Histórico da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo (MH-FMUSP) e autora de *Norte-americanos no Brasil* (FAPESP/Autores Associados) e *Elites em Negociação* (Edusf), entre outras obras no campo da história do ensino superior e da pesquisa científica no Brasil. e-mail:mgscmarinho@terra.com.br

was the major institution that supports and location the Brazilian's leadership of science and several presidents e vice-presidents was *Rockefeller's* fellowships and research at USP.

Keywords : *Rockefeller Foundation*, Brazilian's Scientific Policy, History of Universidade de São Paulo

1. INTRODUÇÃO AO TEMA

O processo de constituição de políticas científicas nacionais tem sido objeto de análise do campo disciplinar que se constituiu após a Segunda Guerra Mundial, em torno da área denominada *Estudos Sociais da Ciência e da Tecnologia*. No Brasil, esse campo de estudos tem recebido contribuições de grupos de pesquisa e programas de pós-graduação que dedicam parte de seu esforço acadêmico na construção de interpretações acerca de componentes sociais que permitem o desenvolvimento científico e tecnológico sob circunstâncias históricas específicas¹.

O artigo aqui apresentado segue nessa direção e é resultado de investigação, ainda preliminar, que pretende analisar correlações entre elementos da estrutura pública de ensino e pesquisa de São Paulo, mais especificamente da Universidade de São Paulo (USP), e o contexto de formação de uma política científica de cunho nacional, entre as décadas de 1950 e 1960. Dado o caráter político associado à criação da USP, o artigo pretende analisar como esta dimensão se manifestou no contexto de formação do sistema nacional de ensino superior e o modo como a instituição se alinhou, ou se alijou, do processo de constituição de uma política científica e tecnológica no Brasil, naquele período.

Apesar dos números superlativos atualmente exibidos pela Universidade de São Paulo, a historiografia produzida acerca de suas múltiplas interfaces é incipiente. Pouco se investigou a temática das relações entre a gestão universitária daquela que se tornou a maior universidade pública do país e a constituição de políticas - e de novas práticas - científicas, no ambiente de transformação acelerada no qual o país se encontrou imerso após a Segunda Guerra Mundial.

¹ Um exemplo bem-sucedido é o Departamento de Política Científica e Tecnológica (DPCT) criado em meados da década de 1980 no Instituto de Geociências (IG) da Universidade de Campinas (DPCT/IG-Unicamp), sob a liderança do pesquisador argentino Amílcar Herrera.

Uma dimensão relevante desse processo é a presença norte-americana² no ambiente científico nacional, por meio de acordos de cooperação, financiamento de grupos de pesquisa e equipamentos, convênios, intercâmbios e outras modalidades de trocas bilaterais que aos poucos vêm sendo mais analisadas. Um destes aspectos refere-se à presença da *Fundação Rockefeller*³, agência filantrópica norte-americana que atuou em escala mundial, e também no Brasil, no financiamento a atividades de pesquisa científica. O artigo trabalha com a hipótese de que a presença da *Fundação Rockefeller* na Universidade de São Paulo e o impacto de sua atuação junto à comunidade científica nacional, segmento em evidente processo de organização e reorganização institucional no período, repercutiram também na formulação das políticas que se constituíram no contexto das décadas de 1950 e 1960.

Nesse sentido, a proposição central do artigo considera a seguinte hipótese: as divergências políticas que estão na origem da Universidade de São Paulo mantiveram a instituição à parte do processo explícito de negociação e formulação da política científica brasileira. Contudo, a força de sua comunidade acadêmica se manifestou por meio da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), que abrigou um grande contingente de pesquisadores oriundos da Universidade de São Paulo, os quais foram, por sua vez, bolsistas da *Fundação Rockefeller* em diferentes momentos de suas respectivas trajetórias científicas.

A identificação dos nexos e correlações entre as dimensões apontadas – a Universidade de São Paulo, a *Fundação Rockefeller* e a constituição de políticas públicas para área científica – pode ser acompanhada no percurso a seguir, dividido em três tópicos. No primeiro, recupera-se o contexto de formação da Universidade de São Paulo. O segundo tópico recupera a inserção da *Fundação Rockefeller* no ambiente

²Os acordos assinados em 1966 entre os governos do Brasil e dos Estados Unidos, respectivamente pelo Ministério da Educação e Cultura (MEC) e a *United Agency for International Development* (USAID), de onde resultou a célebre denominação *Acordos MEC-USAID*, como passaram a ser conhecidos desde então, são um aspecto dessa temática que vem sendo tratado de modo um pouco mais sistemático pelos pesquisadores brasileiros. Os termos do referido acordo estabeleceram a vinda de consultores norte-americanos para o Brasil a fim de promover a reestruturação do modelo organizacional do ensino superior no país. Mais especificamente, concediam a seis especialistas estrangeiros – cinco norte-americanos e um escocês – a responsabilidade de propor diretrizes para a reorganização do sistema universitário do país, apor meio de três subgrupos de trabalho. Conferir: ALVES, Márcio Moreira. *Beabá dos MEC-USAID*, RJ, Gernasa, 1968. Conferir também: MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA Diretoria do Ensino Superior. *Relatório da Equipe de Assessoria ao Planejamento do Ensino Superior/EAPES – (Acordo MEC - USAID)*, RJ, 1968.

³ Consultar a respeito: MARINHO, Maria Gabriela da Silva Martins da Cunha (2001). *Norte-Americanos no Brasil: uma história da Fundação Rockefeller na Universidade de São Paulo (1934-1952)*. Campinas/Bragança Paulista/SP: Autores Associados/Edusf/FAPESP, 210p.

acadêmico e científico de São Paulo, a partir dos acordos estabelecidos inicialmente, a partir de 1916, com a Faculdade de Medicina. O terceiro e último tópico introduz a trajetória de dois personagens emblemáticos da gestão universitária que conquistaram posições destacadas no interior das estruturas de poder da Universidade de São Paulo e, mais tarde, da Universidade de Campinas (Unicamp). Ambos, Ernesto de Moraes Leme, reitor da USP entre 1951 e 1953, e Zeferino Vaz, responsável pela implantação da Faculdade de Medicina em Ribeirão Preto e, por fim, reitor da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), expressaram compromissos distintos perante a instituição universitária.

As respectivas trajetórias são analisadas à luz de embates travados nas arenas políticas e intelectuais em torno de concepções distintas que se articulam muito de perto às experiências profissionais e à formação acadêmica então disponíveis. Denominadas *bacharelismo* e *cientificismo*, tais concepções remetiam ao *modus operandi* e ao *ethos* acadêmico-profissional de seus integrantes. Grosso modo, pode-se afirmar que os primeiros, oriundos em sua maioria das faculdades de Direito, vocalizavam o discurso da ordem jurídica. Os segundos, provenientes das carreiras científicas que se expandiam no ambiente intelectual do país, expunham um discurso mais pragmático e, por isso mesmo, alinhados a uma retórica modernizante.

2. CONTEXTO DE CRIAÇÃO DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

Os confrontos e tensões políticas que se manifestaram no ambiente social da década de 1920 – e as rupturas institucionais daí resultantes, efetivadas com a chamada Revolução de 1930, ocorrida em outubro daquele ano – deslocaram a hegemonia das oligarquias paulistas da cena nacional. O controle do processo político, exercido pelos quadros partidários concentrados no Partido Republicano e mantido por meio de acordos, pactos e negociações entre os poderes estaduais ao longo do primeiro período de instituição da república no Brasil (1889-1930)⁴, desintegrou-se. A desarticulação da

⁴ Uma produção acadêmica diversificada, posta em circulação nas últimas décadas, tem analisado, de modo sistemático, diferentes aspectos do que se convencionou denominar como Primeira República ou República Velha, conjuntura delimitada pelos eventos políticos de 1889 e do golpe militar de 1930. A literatura em questão procura analisar, entre outros aspectos, que concepções de sociedade e projetos de intervenção formulados por segmentos sociais diferenciados circularam no interior dessa mesma sociedade e foram traduzidos em instituições de ensino, pesquisa, assistência médica, hospitalar ou encarceramento, com distintos graus de eficácia. Entre os temas mais frequentes visitados por esta produção comparecem aqueles relacionados com as áreas da Saúde e Higiene, Educação e Instrução, instituições de pesquisa, assim como o da prevenção do crime, manutenção e controle da Ordem Pública, os últimos enfeixados mais recentemente pela denominação de Segurança Pública. Para

supremacia paulista no período aprofundou-se também pelas graves restrições econômicas provenientes da crise mundial de 1929. A grande depressão econômica que se abateu sobre a economia mundial após a queda da Bolsa de New York rebaixou o preço do café no mercado internacional e debilitou ainda mais os cafeicultores paulistas, que se viram enfraquecidos em duas frentes. Internamente, desalojados do poder pela força da oposição, externamente, pela crise econômica de grande envergadura.

A centralização política que sucedeu o golpe militar de 1930 e o conseqüente enfraquecimento das lideranças, dada a perda de poder e prestígio dos grupos locais, provocaram cisões irreconciliáveis que conduziram São Paulo à guerra civil em 1932. Os confrontos militares mobilizaram a população, inflamaram os ânimos e sitiaram o território do estado. A derrota ostensiva das forças insurgentes tornou evidente para as elites locais sua nova e desconfortável posição, subalterna e secundária, perante o poder centralizado e nacional representado pela ascensão de Getúlio Vargas e da jovem oficialidade do exército que sustentou a ruptura de 1930.

É no contexto, portanto, do abatimento moral provocado pela derrota militar e pelo isolamento político que os grupos liberais paulistas mobilizaram recursos para a criação da USP, instituída por decreto do então governador de São Paulo, Armando de Salles Oliveira, em 25 de janeiro de 1934⁵. No brasão da nova universidade, o lema em

aprofundamento, consultar, entre outros: ABUD (1993); DECCA (1981); BORGES (1997); PRADO (1985); CAPELATO (1989); GOMES (1996); FAUSTO (1997); SANTOS; FARIA (2002).

⁵ A historiografia em torno da criação da *Universidade de São Paulo* registra duas versões, não-excludentes, acerca das origens e motivações para a fundação da instituição. De um lado, aponta a iniciativa como resultado de um projeto político mais amplo e de longo alcance, com vistas à recuperação, no plano nacional, da hegemonia política perdida pelas lideranças paulistas na década de 1930. De outro, localiza a gênese da criação da *Universidade de São Paulo* ao longo da década anterior. Por esse prisma, é vista como resultado da atuação da intelectualidade local, empenhada na criação de uma instituição universitária no Estado. Embora razoavelmente consolidada em termos da interpretação acerca das forças políticas e sociais que propiciaram o surgimento, implantação e consolidação da *Universidade de São Paulo*, a historiografia ainda é relativamente escassa em torno da análise dos processos e mecanismos de transferência dos modelos acadêmicos adotados na instituição. Uma referência muito ligeira sobre a existência desses diversos modelos encontra-se registrada em Schwartzman, que considera tal diversidade uma das características mais fortes daquela instituição. Entre os estudos que foram dedicados à história da Universidade de São Paulo, deve-se conferir, por exemplo, desde as primeiras sistematizações de cunho histórico, publicadas em 1947 e 1954 por Jorge Americano e Ernesto de Souza Campos, respectivamente *A Universidade de São Paulo: dados, problemas e planos* e *História da Universidade de São Paulo*, até as contribuições posteriores, como *Universidade de São Paulo: súmula de sua história*, de Josué Camargo Mendes; *Universidade de São Paulo: fundação e reforma*, de Heládio Cesar Gonçalves Antunha; ou *Subsídios para uma História da Universidade de São Paulo*, de Beatriz Alexandrina de Moura Fétizon. Há, também, interpretações de aspectos pontuais ou isolados que podem ser encontrados em publicações como *Qual é a Questão da USP*, de Florestan Fernandes, *O Livro Negro da USP: o controle ideológico na universidade*, publicação de 1978 da

latim *Scientia Vincet* – “pela ciência vencerás” – anunciava, desde então, os propósitos da instituição: derrotado pelas armas, cabia retomar no plano da ação intelectual e da produção científica a liderança perdida⁶.

Liberal em sua origem, e peça fundamental de uma estratégia de poder das elites locais, a Universidade de São Paulo completou 75 anos de existência em 2009, exibindo estatísticas que assinalam seu caráter de instituição-líder na produção científica nacional⁷. Ainda assim, move-se com dificuldade em meio a crises internas cada vez mais frequentes, decorrentes da mobilização em busca de melhores salários promovida por funcionários e professores.

Confronta-se também com extensas e desgastantes greves estudantis, que provocam a erosão crescente da legitimidade de suas decisões institucionais ao revelar a

Associação dos Docentes da USP (Adusp), tendo como relatora Eunice Ribeiro Durham, ou publicados mais recentemente, tais como: *História das Ciências Sociais no Brasil*, de Sérgio Miceli ou *Um Departamento Francês de Ultramar: estudos sobre a formação da cultura filosófica uspiana: uma experiência nos anos 60*, de Paulo Eduardo Arantes. Existem, ainda, numerosos artigos, ensaios ou capítulos que, inseridos em diferentes publicações, tratam de aspectos da história antes e depois da constituição da Universidade, como, por exemplo, *Universidade e Poder: análise crítica, fundamentos históricos (1930-45)* ou *A Universidade Brasileira em Busca de sua Identidade*, ambos de Maria de Lourdes A. Fávero; *Formação da Comunidade Científica no Brasil*, de Simon Schwartzman; *História das Ciências no Brasil*, de Mario Guimarães Ferri e Shozo Motoyama (Org.); *USP/50 anos: registro de um debate*, de José S. Witter; *Autonomia Universitária: as universidades públicas e a constituição federal de 1988*, de Nina Ranieri, entre outros.

⁶ Destaca-se como segmento mais notável o grupo reunido em torno do jornal *O Estado de São Paulo*, liderado pelo jornalista Júlio de Mesquita Filho, de formação europeia e plenamente consciente das profundas disparidades culturais, intelectuais e científicas do Brasil em relação à Europa, tomada como modelo civilizatório. Cf. *A Universidade da Comunhão Paulista*, de Irene Cardoso; *Política e Cultura*, de Júlio de Mesquita Filho; *A Cultura Brasileira: introdução ao estudo da cultura no Brasil* e *A Educação Entre Dois Mundos: problemas, perspectivas e orientações*, ambos de Fernando de Azevedo; *Universidade Crítica: o ensino superior na república populista*, de Luiz Antonio Cunha; *Ideologia do Progresso e do Ensino Superior*, de Elza Nadai.

⁷ A Universidade de São Paulo é a maior universidade pública do país; oferece 229 cursos; com 56 mil vagas de graduação e de pós-graduação, é a sexta em número de alunos. Ocupa o 94º lugar no ranking internacional das principais universidades do mundo, segundo o *Academic Ranking of World Universities*. Em 2008, foi classificada pela revista *The Times*, no *The Times Higher Education Supplement*, como a melhor universidade da América Latina e uma das 130 melhores do mundo. É responsável por cerca de 25% da produção científica nacional. Apenas seu complexo médico-hospitalar, formado pelas unidades que integram a Faculdade de Medicina e o Hospital das Clínicas (FMUSP-HC), responde por cerca de 14% da produção científica no campo da pesquisa biomédica. Entre as universidades públicas nacionais, é responsável pela formação do maior número de mestres e doutores do país e por metade de toda a produção científica do estado de São Paulo. Concentra 25% dos programas de pós-graduação no Brasil, com conceitos 6 e 7 da Capes, e 55% no estado de São Paulo. Em razão de sua infra-estrutura de ensino e pesquisa, titula como mestres e doutores um elevado percentual de docentes das universidades brasileiras, sendo desse modo responsável pela formação de um segmento considerável da *intelligentsia* nacional. Para maiores detalhes, consultar o portal da Universidade de São Paulo: www.usp.br. Em 2009, porém, teve sua classificação rebaixada e deixou de comparecer entre as 200 maiores.

existência de um corpo dirigente frágil e desprestigiado. Além das pressões internas, a Universidade de São Paulo tem se defrontado, nos últimos anos, com uma demanda crescente dos movimentos sociais, que reivindicam a democratização do acesso ao ensino superior público, entre outras vias, pela adoção de ações afirmativas capazes de promover reparações de perdas históricas a grupos minoritários⁸.

3. A PRESENÇA DA FUNDAÇÃO ROCKEFELLER E SEU MODELO DE PESQUISA CIENTÍFICA

A presença da *Fundação Rockefeller (FR)* no Brasil tem sido analisada mais freqüentemente em sua vertente de apoio às campanhas de Saúde Pública e na instalação de infra-estrutura de combate às doenças endêmicas, em especial no controle epidemiológico da febre amarela, seja pelo volume dos recursos destinados ao setor, seja pelo caráter modelador de sua atuação, cujas diretrizes resultaram em profundas implicações na constituição das políticas públicas locais. Em torno deste recorte, vários estudos foram e continuam sendo realizados, sobretudo por estudiosos dedicados a pensar a questão pelo viés do sanitarismo, das intervenções do poder público ou, ainda mais especificamente, pela constituição de um espectro de profissões relacionadas à Saúde Pública que se institucionalizaram a partir de ações, diretrizes e estratégias de atuação da *Fundação Rockefeller* no Brasil.⁹

A *Fundação Rockefeller* constituiu-se como uma das maiores e mais antigas instituições filantrópicas e teve ao longo de sua trajetória uma atuação marcante nos Estados Unidos e em diferentes países de todos os continentes. Juntas, a *Fundação Rockefeller* e a *Carnegie Corporation* são consideradas como as principais fontes de recursos que financiaram o deslocamento do centro de produção científica da Europa para os Estados Unidos no período entre guerras. Criada nos Estados Unidos em 1913, teve por objetivo reunir e centralizar as ações filantrópicas da família Rockefeller, que vinham sendo praticadas de forma sistemática e em escala crescente desde o final do século XIX. Ao longo das décadas de 1910, 20, 30, 40 e 50, passou a atuar em setores-chave da vida pública, em escala nacional e internacional, financiando atividades em

⁸ Acompanhar publicações e boletins da Associação dos Docentes da Universidade de São Paulo (Adusp) e do Sindicato dos Trabalhadores da Universidade de São Paulo (Sintusp), respectivamente, www.adusp.org.br e www.sintusp.org.br

⁹ Para uma visão de conjunto destas temáticas, pode-se consultar, por exemplo, MARINHO (2001; 2003). Contribuições relevantes podem ser encontradas em CAMPOS (2002); SANTOS e FARIA (2003); FARIA (2003), ROCHA (2003).

saúde pública, educação, ensino médico, psiquiatria, ciências naturais - especialmente nos campos da genética, endocrinologia, fisiologia e estudos quantitativos em biologia, além de física e química aplicadas. Nas ciências sociais, promoveu estudos em antropologia e em áreas envolvendo relações do trabalho, previdência social, relações internacionais, economia, política e administração pública, além das artes, cultura, meios de comunicação, informação e difusão, arquivos, acervos históricos e aprendizagem intensiva de inglês em países estrangeiros¹⁰.

No Brasil, mais particularmente em São Paulo, o ensino e a pesquisa na área biomédica foram dimensões privilegiadas desse apoio institucional cujas origens podem ser identificadas em 1916, quando se estabeleceram os primeiros contatos entre a *Fundação Rockefeller* e a *Faculdade de Medicina e Cirurgia de São Paulo*. Desses contatos iniciais, resultaram dois grandes acordos, envolvendo recursos específicos e de grande monta: o primeiro, com vigência entre 1918 e 1925, destinado à criação do *Instituto de Higiene* e para o qual foram enviados dois pesquisadores norte-americanos, Samuel Taylor Darling e Wilson Smillie. Como desdobramento deste mesmo acordo, foi criado ainda o *Instituto de Pathologia*, onde atuaram, entre 1922 e 1925, dois outros pesquisadores estrangeiros: o canadense Oskar Klotz e o norte-americano Richard Archibald Lambert. Especificamente no campo da Higiene, o processo traduziu-se pela criação sucessivamente da *Cadeira de Higiene* (1916), depois *Departamento de Higiene* (1917), posteriormente *Instituto de Higiene* (1918) que resultou finalmente, em 1946, na implantação da *Faculdade de Higiene e Saúde Pública*.

O segundo grande acordo visou especificamente a reformulação da estrutura acadêmica da *Faculdade de Medicina*, com o objetivo de transformá-la em instituição-modelo para a América Latina, a partir do projeto de excelência das *Rockefeller's Schools* disseminado em escala planetária e assentado no modelo uniforme de tempo integral para pesquisa e docência nas disciplinas pré-clínicas, *numerus clausus* (limitação do número de vagas) e criação do hospital de clínicas, recomendações preconizadas em 1910 pelo Relatório Flexner, encomendado pela *Fundação Canergie* e substrato das reformas do ensino médico norte-americano no período. A magnitude da intervenção na *Faculdade de Medicina de São Paulo* pode ser aquilatada, entre outros indicadores, pelo volume de recursos a ela destinados pela *Fundação Rockefeller*. Foram investidos ali, em uma única instituição de ensino, cerca de um milhão de

¹⁰ Cf. KOHLER (1987).

dólares entre 1916 e 1931, quantia significativa por si só, porém ainda mais relevante quando confrontada, entre outros parâmetros, com o volume destinado pela mesma agência no combate à febre amarela: cerca de quatro milhões de dólares aplicados, entre 1916 e 1940, em todo o território brasileiro.

No mesmo período, entre as décadas de 1940 e 50, a *Fundação Rockefeller* patrocinou pesquisas desenvolvidas na *Escola Paulista de Medicina* (EPM), atual *Universidade Federal de São Paulo* (UNIFESP). Criada em 1933, a origem da instituição tem sido atribuída a fatores que, uma vez mais, dessa vez indiretamente, remetem à atuação da *Fundação Rockefeller* em São Paulo. Sua implantação teria resultado, entre outros fatores, de uma dissidência de professores da *Faculdade de Medicina de São Paulo*, inconformados com os limites e as restrições impostas pelo modelo da *Fundação Rockefeller*, em especial ao *numerus clausus*, responsável por estrangular o ingresso de estudantes em virtude do número reduzido de vagas: no máximo cinquenta alunos por ano, situação ainda mais explosiva em face da demanda crescente¹¹.

4. BACHARELISMO E CIENTIFICISMO

Localizados ambos no espectro conservador do campo político-ideológico, Ernesto Leme e Zeferino Vaz procedem de formação e atuação distintas, transitaram pelo ambiente acadêmico e científico do período analisado em posições destacadas na estrutura de poder, mas expressaram projetos acadêmicos distintos. A trajetória de ambos permite identificar suas concepções de ciência e de gestão universitária, os

¹¹ Uma discussão mais aprofundada sobre o *numerus clausus* pode ser encontrada em MARINHO (2003). Sobre a criação da Escola Paulista de Medicina, consultar SILVA (2003). Sobre a presença da *FR*, as ações que resultaram nessa monumental transferência de concepções institucionais, padrões de produção científica e recursos financeiros foram analisadas em trabalhos anteriores nos quais são identificados atores, tensões, alianças e conflitos que, evidentemente, permeiam relações do porte e natureza aqui retratados. Um tema que permanece ainda razoavelmente inexplorado refere-se à análise das ações da *FR* em um conjunto diversificado de setores, entre os anos 1940 e 1960, em diversas localidades do país. Entre recursos significativos e ações institucionais, podem ser relacionados desde um fluxo permanente na concessão de bolsas de estudos até a introdução, na década de 40, da pesquisa básica na estrutura da *Universidade de São Paulo* (em Genética, na *Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras*). Na pesquisa básica, na área biomédica, vem sendo destacado sistematicamente o financiamento concedido a Theodosius Dobzhansky para estudos pioneiros com *drosophila* e, posteriormente, os auxílios destinados a Gustav Brieger para o desenvolvimento da genética vegetal na *Escola Superior Agrícola Luiz de Queiroz*. Ações no campo biomédico desdobraram-se, subseqüentemente, no financiamento das atividades de ensino e pesquisa na *Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto* (1952). A *FR* esteve presente também na constituição do *Instituto de Oceanografia* e, posteriormente, na introdução da medicina nuclear no Brasil, com o financiamento do *Laboratório de Isótopos* na *Faculdade de Medicina de São Paulo*. Cf. MARINHO (2001).

vínculos estabelecidos com a política partidária e como pautaram sua atuação perante o processo de intensa institucionalização científica desenvolvida no período. A seguir, um breve apanhado do percurso de ambos permite acompanhar os vínculos e alianças que se formaram no período de atuação institucional.

Bacharel pela Faculdade de Direito do Largo São Francisco, diplomado em 1919, Ernesto Leme ingressou como professor na mesma escola em 1934. Leme foi o último professor nomeado pelo regime federal: entre abril e maio de 1934, dois decretos (um federal e outro estadual) se encarregaram da transferência e estadualização da Faculdade de Direito, com a subsequente incorporação na estrutura da recém-criada Universidade de São Paulo (USP). Tornou-se, posteriormente catedrático na cadeira de Direito Comercial na Faculdade de Direito e foi o primeiro diretor da Faculdade de Economia e Administração (FEA-USP), no ano de sua criação, 1946.

Reitor da Universidade de São Paulo entre 1951 e 1953, Ernesto Leme foi embaixador do Brasil na ONU, em 1954, e ocupou também, entre 1964 e 1965, a função de Secretário de Segurança Pública de São Paulo, no governo de Adhemar de Barros, último cargo público de projeção social. Apesar da trajetória com algum relevo político-partidário, trata-se, ainda assim, de um personagem pouco estudado e relativamente desconhecido. Ernesto Leme transitou pela vida pública durante cerca de cinco décadas, período no qual articulou alianças, projetou-se discretamente em alguns cargos de evidência, envolveu-se em disputas partidárias, acumulou honrarias e conspirou em torno de sua plataforma anticomunista.

Católico militante, Ernesto Leme é um dos poucos acadêmicos citados como membro do IPES/IBAD por René Armand Dreyfuss em *1964: a conquista do estado: ação política, poder e golpe de classe*, obra na qual o autor esquadrinha a intensa articulação anticomunista entre civis, militares, empresas e instituições na preparação do golpe de 1964. Sobre sua atuação foi discreto, mas não se furtou a declarar em conferência no *Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo*, realizada em julho de 1972 e posteriormente publicada no periódico da instituição, em 1974: “Conspirei em 1964; mas não conspiréi em 1932”, registrando desse modo uma das poucas manifestações públicas de seus compromissos ideológicos.

Membro do Partido Democrático (PD), desde sua fundação em 1926, a partir da dissidência do Partido Republicano Paulista (PRP), deputado constituinte pelo Partido Constitucionalista (PC), na década de 1930, período no qual atuou como líder de Armando de Salles Oliveira na Assembléia Legislativa, Ernesto Leme tornou-se

também figura de destaque como um dos *notáveis* na seção paulista da União Democrática Nacional (UDN), tendo sido candidato derrotado nas eleições de 1946.

Zeferino Vaz, por sua vez, desenvolveu a formação acadêmica na antiga *Faculdade de Medicina e Cirurgia de São Paulo*, atualmente Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo (FMUSP). Ingressou em 1926, diplomou-se em 1931 e obteve o título de doutor em Medicina em 1932. Construiu um estreito relacionamento com a *Fundação Rockefeller*, que pode ser em parte explicado pelo impacto das profundas modificações introduzidas em 1925 na Faculdade de Medicina, a partir da chamada *Reforma Pedro Dias da Silva*.

Na década de 1930, mais precisamente em 1935, Zeferino Vaz tornou-se Diretor da Faculdade de Medicina Veterinária da então recém-criada Universidade de São Paulo. Fundou a Faculdade de Medicina em Ribeirão Preto em 1952, com recursos da *Fundação Rockefeller* e padrões de ensino e pesquisa que asseguraram à instituição um patamar elevado de visibilidade acadêmica e prestígio social. Presidente do Conselho Estadual de Educação no início da década de 1960, foi Secretário Estadual da Saúde e assumiu, por breve período, a reitoria da Universidade de Brasília (UNB), em meio às crises institucionais provocadas pela ação do Regime Militar. Em seguida, transferiu-se novamente para São Paulo, onde concretizou a implantação da Universidade de Campinas (Unicamp), da qual foi reitor por 12 anos, entre 1966 e 1978.

A documentação analisada permite, ainda, afirmar que o controle da gestão de duas das principais universidades públicas de São Paulo – USP e Unicamp – esteve sob a órbita de grupos conservadores. Embora seus membros pudessem divergir nas práticas e concepções em torno de projetos de institucionalização da pesquisa científica da universidade e do ensino superior, a maioria convergiu nas posições políticas e no alinhamento ideológico. Leme e Vaz são figuras emblemáticas dessas concepções, convergentes ideologicamente, mas distintas acerca do papel da ciência e da universidade no ambiente social, denominadas como *bacharelesca* e *cientificista*.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao pretender investigar de que modo se construíram relações entre a Universidade de São Paulo e a constituição de políticas científicas de cunho nacional, o artigo nos remete à diversificação e complexidade do próprio ambiente acadêmico e científico do estado. Análises e depoimentos que resgatam a história da *Universidade Estadual de Campinas* (Unicamp), por exemplo, atribuem papel preponderante a

Zeferino Vaz no processo de consolidação das condições institucionais que a transformaram em uma das mais expressivas universidades brasileiras no campo da pesquisa científica e tecnológica. Contudo, ainda são pouco analisadas as concepções e articulações que constituíram o substrato de suas diretrizes operacionais e cujas origens podem ser identificadas no âmbito de um relacionamento intenso e duradouro de Zeferino Vaz com a *Fundação Rockefeller*¹².

A documentação disponível indica que Zeferino modelou sua mentalidade científica na década de 1920, num ambiente fortemente marcado pela presença daquela *Fundação* na *Faculdade de Medicina de São Paulo*. Posteriormente, entre os anos 40 e 50, Vaz aprofundou suas articulações locais e internacionais, ao fundar a *Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto*. Na década de 60, os mesmos pressupostos de excelência científica prevaleceram como parâmetros na implantação da *Universidade Estadual de Campinas* e modelaram fortemente o *ethos* institucional ali desenvolvido¹³.

Ernesto Leme, por outro lado, manteve-se atrelado às características de sua formação jurídica e o período de sua gestão na Universidade de São Paulo estabeleceu uma linha de continuidade com as administrações anteriores. Do ponto de vista da formulação da política científica no período, a atuação efetiva da comunidade acadêmica será construída por meio da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), cujos membros vinculados às principais instituições de ensino e pesquisa de São Paulo foram, por sua vez, beneficiados com bolsas da *Fundação Rockefeller*.

¹² A atuação da *Fundação Rockefeller* no Brasil é mais conhecida pela sua vertente de apoio às campanhas de Saúde Pública e patrocínio na instalação de infra-estrutura de combate às doenças endêmicas, em especial no controle epidemiológico da febre amarela. O volume dos recursos destinados pela *Fundação Rockefeller*, assim como o caráter modelador de suas diretrizes, teve profundas implicações na constituição de políticas públicas para o setor de Saúde Pública no Brasil. Em torno deste recorte, vários estudos foram e continuam sendo realizados, sobretudo por estudiosos dedicados a pensar a questão pelo viés do sanitarismo ou das ações do poder público.

¹³ O interesse pela atuação da *Fundação Rockefeller* no Brasil, seja no campo da saúde pública, através do financiamento às atividades de ensino e pesquisa na área biomédica, ou no modelamento de práticas e concepções que informaram políticas públicas para a educação ou posturas urbanas, em sua interface com a higiene, entre outros aspectos, tem crescido significativamente nos últimos dez anos, como pode ser verificado pela produção historiográfica desenvolvida no período. Ainda assim, mesmo considerando a diversidade dos enfoques e recortes propostos, pode-se afirmar que a amplitude e o alcance dessa atuação permanecem insuficientemente analisados, numa produção que é residual frente ao impacto, ao volume de recursos e aos modelos e tradições aqui implantados pela agência norte-americana. Conferir, por exemplo, MARINHO (2001 e 2003), FARIA (2003), ROCHA (2003), CAMPOS (2002).

REFERÊNCIAS

- ABUD, Kátia. “O Bandeirante e o Movimento de 32: alguma relação?” in QUEIROZ, Maria Isaura P. de. *O Imaginário em Terra Conquistada*. São Paulo, Ceru, 1993
- ALVES, Márcio Moreira. *Beabá dos MEC-USAID*, RJ, Gernasa, 1968.
- AMERICANO, Jorge (1947). *A Universidade de São Paulo: dados, problemas e planos*.
- ANTUNHA, Heládio Cesar Gonçalves (1974). *Universidade de São Paulo: fundação e reforma*. São Paulo: CRPE (Col. Estudos e documentos, 10)
- ARANTES, Paulo Eduardo (1994). *Um Departamento Francês de Ultramar: estudos sobre a formação da cultura filosófica uspiana (uma experiência nos anos 60)*. São Paulo/Rio de Janeiro: Paz e Terra, 320p.
- ARNOVE, Robert (ed.) *et alii* (1982). *Philanthropy and Cultural Imperialism: the Foundation at home and abroad*. Bloomington: Indiana University
- ARRUDA, Maria Arminda do Nascimento (2001). *Metrópole e Cultura: São Paulo no meio século XX*. pref. por Sérgio Miceli Pessoa Barros. Bauru/SP: Edusc, 486p. (Col. Ciências sociais)
- AZEVEDO, Fernando de (1963). *A Cultura Brasileira: introdução ao estudo da cultura no Brasil*. 4ª ed. rev. e ampl. Brasília: Ed. UnB, 804p. (Col. Biblioteca básica brasileira, 4)
- AZEVEDO, Fernando de (s/d). *A Educação Entre Dois Mundos: problemas, perspectivas e orientações*. São Paulo: Melhoramentos, 240p. (Col. Obras completas de Fernando de Azevedo, 16)
- BORGES, Vavy P. (1977). *Memória Paulista*. São Paulo, Edusp
- CAMPOS, Cristina de (2002). *São Paulo pela Lente da Higiene: as propostas de Geraldo Horácio de Paula Souza para a cidade: 1925 - 1945*. São Carlos/SP: Rima Editora
- CAMPOS, Ernesto de Souza (1954). *História da Universidade de São Paulo*.
- CAPELATO, Maria Helena Rolim (1989). *Os Arautos do Liberalismo: imprensa paulista 1920-1945*. São Paulo: Brasiliense
- CARDOSO, Irene de Arruda Ribeiro (1982). *A Universidade da Comunhão Paulista: o projeto de criação da Universidade de São Paulo*. São Paulo: Autores Associados/Cortez, 192p. (Col. Educação contemporânea: série: memória da educação)

- CUETO, Marcos (ed.) *et alii* (1994). *Missionaries of Science: the Rockefeller Foundation and Latin America*. Bloomington/Indianapolis: Indiana University Press, 192p.
- CUNHA, Luiz Antônio Constant Rodrigues da (1983). *A Universidade Crítica: o ensino superior na república populista*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 264p. (Col. Educação em questão)
- DECCA, Edgar De (1981). *1930: o silêncio dos vencidos*. São Paulo, Brasiliense
- DREIFUSS, René Armand (1981). *1964: a conquista do estado: ação política, poder e golpe de classe*. 3ª ed. trad. do inglês [*State, class and the organic elite: the formation of an entrepreneurial order in Brazil (1961 - 1965)*] por Ayeska Branca de Oliveira Farias, Ceres Ribeiro Pires de Freitas, Else Ribeiro Pires Vieira (sup.) e Glória Maria de Mello Carvalho. rev. téc. por René Armand Dreifuss. Petrópolis: Vozes, 816p.
- DULLES, John W. Foster (1984). *A Faculdade de Direito de São Paulo e a Resistência Anti-Vargas (1938-1945)*. trad. do inglês [?] por Vanda Mena Barreto de Andrade. Rio de Janeiro/São Paulo: Nova Fronteira/Ed. da USP, 380p. (Col. Brasil século 20)
- DURHAM, Eunice Ribeiro (relatora) *et alii* (1979). *O Livro Negro da USP: o controle ideológico na universidade*. 2ª ed. São Paulo: Associação dos Docentes da Universidade de São Paulo (ADUSP), 78p.
- FARIA, Lina Rodrigues de (2003). *Ciência, Ensino e Administração em Saúde: a Fundação Rockefeller e a criação do Instituto de Higiene de São Paulo*. [tese de doutorado; orientador: Sérgio Carrara; co-orientador: Luiz Antonio de Castro Santos]. Rio de Janeiro: Departamento de Ciências Humanas e Saúde/Instituto de Medicina Social/Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 219p.
- FAUSTO, Boris (1997). *A Revolução de 1930: história e historiografia*. 16ª ed. São Paulo: Companhia das Letras
- FÁVERO, Maria de Lourdes de Albuquerque (1977). *A Universidade Brasileira em Busca de sua Identidade*. Petrópolis: Vozes, 104p. (Col. Educação e tempo presente, 13)
- FÁVERO, Maria de Lourdes de Albuquerque (1980). *Universidade e Poder: análise crítica, fundamentos históricos: 1930-45*. Rio de Janeiro: Achiamé, 208p. (Col. Universidade, 8)
- FERNANDES, Ana Maria (1990). *A Construção da Ciência no Brasil e a SBPC*. Brasília: Editora UnB/CNPq/ANPOCS

FERNANDES, Florestan (1984). *Qual é a Questão da USP*. São Paulo: Brasiliense, 120p. (Col. Qualé, 1)

FERRI, Mário Guimarães e MOTOYAMA, Shozo (coords.) *et alii* (1979-1981). *História das Ciências no Brasil*. São Paulo: EPU/Ed. da USP/CNPq, 484p.

FÉTIZON, Beatriz Alexandrina de Moura (1986). *Subsídios para o Estudo da USP*. [tese de doutorado]. São Paulo: Faculdade de Educação/USP, 3 vols.

FOSDICK, Raymond B. (1957). *La Fundación Rockefeller*. México: Grijalbo

HOCHMAN, Gilberto (1998). *A Era do Saneamento: as bases da política de Saúde Pública no Brasil*. São Paulo: Hucitec/Anpocs

KOHLER, Robert E. (1987). “Science, Foundations, and American Universities in the 1920s” in *Osiris*. [Philadelphia]: (3): 135-164, 2nd series [University of Pennsylvania]

MARINHO, Maria Gabriela da Silva Martins da Cunha (2003). *Elites em Negociação: breve história dos acordos entre a Fundação Rockefeller e a Faculdade de Medicina de São Paulo: 1916 - 1931*. prefácio por Hebe Maria Cristina Vessuri. Bragança Paulista/SP: Centro de Documentação e Apoio à Pesquisa em História da Educação (CDAPH)/Editora Universitária São Francisco (Edusf), 142p.

MARINHO, Maria Gabriela S.M.C. & BASTOS, Ana Cristina do Canto Lopes (2002) “A construção da cidade universitária da Universidade de São Paulo: alianças e embates das elites acadêmicas na gestão do reitor Ernesto Leme (1934-1953), Primeira Parte”. *Boletim CDAPH*, 3(1):31-41.

MARINHO, Maria Gabriela da Silva Martins da Cunha (2001). *Norte-Americanos no Brasil: uma história da Fundação Rockefeller na Universidade de São Paulo (1934 - 1952)*. Campinas/Bragança Paulista/SP: Autores Associados/Edusf/FAPESP, 210p.

MENDES, Josué Camargo (1977). *Universidade de São Paulo: súmula da sua história*. São Paulo: Secretaria da Cultura, Ciência e Tecnologia/Academia de Ciências do Estado de São Paulo, 56p. (Col. Publicação ACIESP, 7)

MESQUITA FILHO, Júlio de (1969). *Política e Cultura*. São Paulo: Martins, 236p.

MICELI PESSÔA BARROS, Sérgio (org.) *et alii* (1989). *História das Ciências Sociais no Brasil, vol. 1*. São Paulo: Vértice/Ed. Revista dos Tribunais/Instituto de Estudos Econômicos, Sociais e Políticos de São Paulo (Idesp)/Finep, 508p.

_____ *et alii* (1995). *História das ciências sociais no Brasil, v. 2*. São Paulo: Sumaré/Fapesp/[Fundação Ford], 560p. (Col. Ciências sociais no Brasil, 2)

MILLER JUNIOR, Harry (1991). *Harry Miller Jr.: depoimento, 1977*. Rio de Janeiro: FGV/CPDOC: História Oral

- MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA Diretoria do Ensino Superior. *Relatório da Equipe de Assessoria ao Planejamento do Ensino Superior - EAPES – (Acordo MEC - USAID)*, RJ, 1968.
- MONTENEGRO, Benedicto (1978). *Os Meus Noventa Anos: 07.07.1978*. [São Paulo]: edição do Autor
- MOTA, André (2005). *Tropeços da Medicina Bandeirante: medicina paulista 1892-1920*. São Paulo: Edusp
- NADAI, Elza (1987). *Ideologia do Progresso e Ensino Superior: São Paulo 1891-1934*. pref. por Maria de Lourdes Monaco Janotti. São Paulo: Loyola, 280p. (Col. Educar, 6)
- PRADO, Lígia Coelho. *A Democracia Ilustrada: o Partido Democrático de São Paulo, 1926-1934*. São Paulo: Ática, 1986
- RANIERI, Nina Beatriz (1994). *Autonomia Universitária: as universidades públicas e a Constituição Federal de 1988*. São Paulo: Edusp, 152p
- _____ (org.) (2006a). *Autonomia Universitária na USP, vol. 1: 1934-1969*. SP, Edusp e (2006b). _____, *vol. 2: 1970-2004*. SP, Edusp
- RIBEIRO, Darcy (2000). *Confissões*. São Paulo: Editora Companhia das Letras
- ROCHA, Heloisa Helena Pimenta (2003). *A Higienização dos Costumes*. Campinas: Mercado de Letras/FAPESP
- SANTOS, Luis Antonio de Castro e FARIA, Lina Rodrigues de (2003). *A Reforma Sanitária no Brasil: ecos da Primeira República*. Bragança Paulista/SP: Centro de Documentação e Apoio à Pesquisa em História da Educação (CDAPH)/Edusf.
- SILVA, Márcia Regina Barros da (1998). *Construindo uma Instituição: Escola Paulista de Medicina, 1933-1950*. [dissertação de mestrado]. São Paulo: Departamento de História/FFLCH/USP
- SCHWARTZMAN, Simon (1979). *Formação da Comunidade Científica no Brasil*. SP/RJ: Companhia Editora Nacional/ Financiadora de Estudos e Projetos (Finep), 502p.
- VAZ, Zeferino (1985). *Zeferino Vaz: depoimento, 1977 (1985)*. Rio de Janeiro: FGV/CPDOC: História Oral.
- WITTER, José Sebastião (1984). *USP/50 Anos: registro de um debate*. São Paulo: Reitoria da Universidade de São Paulo, 152p.